

Audiências Públicas E sEMINÁRIOS

-

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

SEMINÁRIO EXTERNO

segunda-FEIRA 23/04

LOCAL: Assembleia Legislativa de Mato Grosso - 9h

Assunto / Finalidade: Seminário na Assembleia Legislativa de Mato Grosso a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 750 de 2011, que dispõe sobre a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal.

Requerimento(s) de realização de audiência: [RMA 1/2018](#), Senador Pedro Chaves

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s): [PLS 750/2011](#), Senador Blairo Maggi

Participantes:

Senador Cidinho Santos (representante de: Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal)
Senador Wellington Fagundes (representante de: Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal)
Senador José Medeiros (representante de: Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal)
Deputado Estadual Allan Kardec (representante de: Representando Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Deputado Eduardo Botelho)
Deputado Estadual Dilmar Dal Bosco • Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso
Deputado Estadual Mauro Savi
Sra. Myrian Serra • Reitora da Universidade Federal de Mato Grosso
Sra. Débora Calheiros • Professora da UFMT
Sra. Zulema Netto Figueiredo • Professora da UNEMAT de Cáceres (representante de: Representante da Universidade Estadual de Mato Grosso)
Sra. Solange Ikeda • Professora da UNEMAT de Cáceres
Sr. José Guaresqui • Delegado Federal da Agricultura e Pecuária (representante de: Ministério da Agricultura e Pecuária)
Sra. Liane Amélia Chaves • Promotora do Ministério Público
Sr. André Luiz Torres Baby • Secretário de Meio Ambiente (representante de: Representante da SEMA, neste Ato o Governo de Estado de Mato Grosso, Pedro Taques)
Sr. Jorge Antonio Ferreira de Lara • Chefe da Embrapa Pantanal
Sr. Francisco de Arruda Machado • Assessor de meio ambiente do Ministério Público de Mato Grosso
Sr. Neurilan Fraga • Presidente da Associação dos Municípios de Mato Grosso (AMM)
Sr. Mauricio Saito • Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul - FAMASUL
Sra. Lucélia Avi • Gestora do Núcleo Técnico da FAMATO (representante de: Presidente da FAMATO, Normando Corral)
Sr. Everton de Almeida Carvalho • Presidente da Associação Brasileira de Integração e Desenvolvimento Sustentável - ABIDES
Sr. João Andrade • Coordenador do Instituto Centro de Vida
Sr. Nilson de Barros (representante de: Representante do Instituto do Homem Pantaneiro)
Sr. Ricardo Eboli • Diretor - Presidente da IMASUL
Sr. Carlos Braulio da Costa • Secretário Executivo da ECOPAN
Sr. Leonardo Leite de Barros • Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Orgânicos
Sr. Bruno Taitson (representante de: Representante da WWF)
Sr. Décio Lopes (representante de: IPAC)
Sr. André Turony (representante de: Associação Brasileira de Eco Turismo)
Sr. Luciano Vacari • Diretor Executivo da ACRIMAT
Sra. Fernanda Martins Porto Carrero • Produtora Rural de Cáceres
Sr. Paulo Moura • Consultor, representante da Assembleia Legislativa de MT
Sr. José Fonseca de Moraes • Presidente da ABCCP - Cavalos Pantaneiros
Sra. Ingrid Leite • Ambientalista
Sr. Gilmar Brunetto • Presidente do Sinterp MT
Sr. Belmiro Lopes de Miranda • Presidente da Colônia de Pescadores em MT
Sr. Eduardo Ferraz • Produtor Rural do município de Poconé/MT
Sr. Padre Isidoro Salomão • Presidente da Associação dos Pescadores de Mato Grosso
Sr. Givaldo Campos (representante de: Instituto ambiental Augusto Leverger)
Sr. Elson Gonçalves dos Santos • Produtor Rural
Sr. Luis Orcirio • Diretor (representante de: Associação dos Criadores do Estado de Mato Grosso do Sul)

RESULTADO: Seminário externo realizado.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

aUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA

terça-FEIRA 24/04

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 6 - 14h30

Assunto / Finalidade: Debater sobre: “**Segurança e saúde no trabalho - em memória às vítimas de acidente e doenças relacionadas ao trabalho**”.

Requerimento(s) de realização de audiência: [RDH 61/2018](#), Senador Paulo Paim

Participantes:

Juliana Carreiro Corbal Oitavem • Procuradora do Trabalho e Vice-Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente de Trabalho do MPT e Representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT

Fernando Maciel • Chefe da Divisão de Ações Prioritárias da Advocacia Geral da União - AGU
Francisco Luis Lima • Diretor de Relações Internacionais do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT

Paulo da Cunha Boal • Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA

Viviane de Jesus Forte • Diretora substituta do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho - DSST do Ministério do Trabalho

Paulo Cesar Andrade Almeida • Coordenador-Geral de Política de Seguro Contra Acidentes do Trabalho da Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda

RESULTADO: Audiência Pública interativa realizada.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

aUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA

terça-FEIRA 24/04

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13 - 15h

Assunto / Finalidade: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2017, que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir no Anexo da Lei a interligação entre o rio Preto, localizado no Estado da Bahia, e o rio Tocantins, destinada a assegurar a navegação desde o rio São Francisco até o rio Amazonas”.

Requerimento(s) de realização de audiência: [RQI 11/2018](#), Senadora Kátia Abreu e [PLC 138/2017](#), Deputado Gonzaga Patriota

Participantes:

Gilma dos Passos Rocha • Assessora do Departamento de Planejamento Energético do Ministério de Minas e Energia
Rafael Ribeiro Silveira • Coordenado-Geral de Engenharia e Estudos do Departamento de Projetos Estratégicos do Ministério da Integração Nacional
Luciano Meneses Cardoso da Silva • Coordenador de Outorga da Agência Nacional de Águas - ANA
Régis Fontana Pinto • Coordenador Substituto de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Fluviais e Pontuais Terrestres do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Balbino Antônio Evangelista • Supervisor do Núcleo de Pesquisa em Sistemas Agrícolas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - CCC

AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA

quarta-FEIRA 25/04

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19 - 14h30

Assunto / Finalidade: Discutir o tema: “Melhoria do Ambiente de Negócios no Brasil, Conforme Convenções Internacionais”.

Participantes:

- Márcio Guimarães, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Professor da Fundação Getúlio Vargas;
- Walfrido Jorge Warde Jr., Presidente do Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa;
- Felipe Fabro, Representante da Confederação Nacional do Comércio - Professor da Escola Superior da Advocacia da OAB/SC;
- Marcelo Fernandes Trindade, Representante da Confederação Nacional da Indústria - Professor do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - CCC**AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA****quarta-FEIRA 27/04****LOCAL:** JCPM Trade Center - Recife/PE - Av. Antônio de Góes, 60, Pina - 10h

Assunto / Finalidade: Discutir a atualização e sistematização das normas comerciais e empresariais brasileiras.

Participantes:

- Fábio Ulhoa Coelho, Professor Titular de Direito Comercial da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;
- Eduardo Montenegro Serur, Advogado Especialista em Direito da Empresa e Mestre em Direito Comercial pela Universidade Federal de Pernambuco;
- Ivanildo Figueiredo, Chefe do Departamento de Teoria Geral do Direito e Direito Privado da Universidade Federal de Pernambuco;
- **Fabiola Pasini, Representante da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco - Gerente de Consultoria da Diretoria Jurídica da CNI;**
- **Hermann Dantas, Representante da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco - Advogado especialista em Direito Civil/Empresarial.**

RESULTADO: Audiência Pública realizada.**Medidas provisórias****24/04/2018 (TERÇA-FEIRA)****DELIBERATIVA - 11h**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 2017 - Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Presidente: Senador Otto Alencar

Relator: Deputada Simone Morgado

Relator Revisor: Senadora Lúcia Vânia

Assunto / Finalidade: Apreciação de Relatório

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 812, adotada em 27 de dezembro de 2017, que "Altera a lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste."

Vigência: 02/02/2018 - 01/06/2018

Situação atual: Vigente (prorrogado)

Situação do prazo: Vigente

RESULTADO: Em 24/04/2018 é aberta a Reunião. Lidos o Relatório e Errata da Deputada Simone Morgado, é concedida vista coletiva da matéria. A Reunião é suspensa e a reabertura agendada para o dia 25/04/2018. Em 25/04/2018, é aprovado o Relatório da Deputada Simone Morgado, que passa a constituir Parecer da Comissão, que conclui pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 812, de 2017; pela sua constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa, e de todas as emendas a ela apresentadas; pela sua compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, e de todas as emendas a ela apresentadas; e, no mérito, pela aprovação parcial das Emendas nºs 2, 3, 10, 13, 14, 19, 22, 24, 27, 28, 31, 32, 33, 34 e 35, pela aprovação da Medida Provisória nº 812, de 2017, na forma do projeto de lei de conversão apresentado, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 26, 29 e 30.

DELIBERATIVA - 14h30

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 814, DE 2017 - Altera a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica.

Presidente: Senador Eduardo Braga

Relator: Deputado Julio Lopes

Assunto / Finalidade: Apreciação de Relatório

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

6ª Reunião da Comissão Mista Destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória Nº 814 , adotada em 29 de Dezembro de 2017, que "Altera a Lei nº 12.111, de 9 de Dezembro de 2009, que dispõe sobre os Serviços de Energia Elétrica nos Sistemas Isolados, e a Lei nº 10.438, de 26 de Abril de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e dispõe sobre a Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica.".

Vigência: 02/02/2018 - 01/06/2018

Situação atual: Vigente (prorrogado)

Situação do prazo: Vigente

RESULTADO: Lido o Relatório do Deputado Julio Lopes, é concedida vista coletiva da matéria. A Reunião é suspensa e a reabertura agendada para o dia 8 de maio de 2018.

DELIBRATIVA - 15h

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 818, DE 2018](#) - Altera a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da Metr pole, e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Presidente: Senadora Marta Suplicy

Relator: Deputado Fausto Pinato

Assunto / Finalidade: Aprecia o do Relatório

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário n  6

4ª Reunião da Comissão Mista Destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória n  818, adotada em 12 de Janeiro de 2018, que "altera a Lei n  13.089, de 12 de Janeiro de 2015, que institui o Estatuto da Metr pole, e a Lei n  12.587, de 3 de Janeiro de 2012, que institui as Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana."

Vigência: 12/01/2018 a 02/04/2018

Prazos abertos

02/02/2018 - 01/06/2018: Delibera o de Medida Provisória

Situa o do prazo: Vigente (prorrogado)

RESULTADO: Lido o Relatório do Deputado Fausto Pinato.   concedida vista coletiva nos termos regimentais. A reunião é suspensa e a reabertura fica agendada para o dia 8 de maio de 2018.

25/04/2018 (QUARTA-FEIRA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA - 14h30

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 821, DE 2018](#) - Altera a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, que dispõe sobre organização básica da Presidência da República e dos Ministérios, para criar o Ministério Extraordinário da Segurança Pública.

Presidente: Deputado Gilberto Nascimento

Relator: Senador Dário Berger

Finalidade: Debater a Medida Provisória nº 821, de 2018

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s): - [MPV 821/2018](#), Presidência da República

Convidados:

- Ministério Extraordinário da Segurança Pública;
- Ministério da Justiça Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
- Alexandre de Moraes, Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- José Eduardo Cardozo, Ex-Ministro da Justiça.

3ª Reunião da Comissão Mista destinada a Examinar e Emitir Parecer sobre a Medida Provisória nº 821, adotada em 27 de Fevereiro de 2018, que "Altera a Lei nº 13.502, de 1º de Novembro de 2017, que dispõe sobre Organização Básica da Presidência da República e dos Ministérios, para Criar o Ministério Extraordinário da Segurança Pública."

Situação atual: Matéria com a Relatoria

Prazos abertos

27/02/2018 - 27/04/2018: Deliberação de Medida Provisória

Situação do prazo: Vigente

RESULTADO: Reunião adiada.

PLENÁRIO

24/04/2018 (TERÇA-FEIRA)

| |
|--|
| |
|--|

| | |
|----------|---|
| 4 | <p>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 2018 - (Discussão, em turno único) - Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira, celebrado no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 2012.</p> <p>Parecer favorável sob nº 7, de 2018, da CRE, Relator ad hoc: Senador Cristovam Buarque.</p> |
|----------|---|

Comissões

[COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI](#)

REUNIÃO DELIBERATIVA

Terça-FEIRA 24/04

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13 - 9h

| | |
|----------|--|
| 3 | <p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2014 - Terminativo - Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação - SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências.</p> <p>Autoria: Senador Alfredo Nascimento Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta Observações: 1. A matéria tem parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, pela aprovação com a emenda nº 1-CAE. 2. Em 09/05/2017, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria. 3. Se aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. 4. Votação nominal.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CAE è CI CABE VISTA: NÃO ORIENTAÇÃO: Acompanhar</p> <p>RESULTADO: Adiado.</p> |
|----------|--|

| | |
|----|--|
| 6 | <p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 712, de 2015 - Terminativo - Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040.</p> <p>Autoria: Senador Cristovam Buarque Relatoria: Senador Lasier Martins Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo Observações: 1. Matéria tem parecer da CMA, pela aprovação nos termos da Emenda Substitutiva nº 1/CMA. 2. Se aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. 3. Votação nominal.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CMA è CI CABE VISTA: SIM ORIENTAÇÃO: Favorável</p> <p>LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO</p> <p>RESULTADO: Adiado.</p> |
| 12 | <p>REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 12 de 2018 - Requer, a realização de audiência pública para debater as obras de manutenção, conservação e recuperação da BR-319, especificamente acerca dos estudos de impacto ambiental, requisito necessário para a liberação das obras de reasfaltamento da rodovia.</p> <p>Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin</p> <p>ORIENTAÇÃO: Acompanhar</p> <p>RESULTADO: Aprovado.</p> |
| 15 | <p>REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 17 de 2018 - Requer, nos termos do RISF, que a política pública a ser avaliada pela CI no exercício de 2018 seja o aproveitamento do potencial das vias navegáveis interiores que compõem o Subsistema Aquaviário Federal.</p> <p>Autoria: Senador Flexa Ribeiro</p> <p>ORIENTAÇÃO: Acompanhar</p> <p>RESULTADO: Aprovado.</p> |
| 16 | <p>REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 18 de 2018 - Requer a realização de audiência pública, com o intuito de discutir o Plano Nacional de Logística - PNL, que no dia 21 de março de 2018 abriu consulta pública para contribuições do setor produtivo e da sociedade.</p> <p>Autoria: Senador Wellington Fagundes</p> <p>ORIENTAÇÃO: Acompanhar</p> <p>RESULTADO: Aprovado.</p> |

| | |
|-----------|--|
| 17 | <p>REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 19 de 2018 - Requer, em aditamento ao RQI nº 04/2018, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater os impactos da construção da EF-170 (Ferrogrão).</p> <p>Autoria: Senador Paulo Rocha</p> <p>ORIENTAÇÃO: Acompanhar</p> <p>RESULTADO: Aprovado.</p> |
|-----------|--|

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

REUNIÃO DELIBERATIVA

Terça-FEIRA 24/04

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19 - 10h

| | |
|----------|---|
| 2 | <p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 577, de 2007 - Não Terminativo - Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de eventuais calamidades naturais, ao trabalhador rural que exerça sua atividade individualmente ou em regime de economia familiar.</p> <p>Autoria: Senador Alfredo Nascimento Relatoria: Senador Lindbergh Farias Relatório: Favorável ao projeto com uma subemenda à Emenda nº 1 e uma emenda apresentada Observações: 1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao projeto. 2. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. 3. Em 11/6/2013, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria da senadora Ana Amélia</p> <p>TRAMITAÇÃO: CAE à CE CABE VISTA: SIM ORIENTAÇÃO: Acompanhar</p> <p>RESULTADO: O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva, nos termos regimentais.</p> |
|----------|---|

| | |
|-----------|---|
| 5 | <p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 394, de 2016 - Não Terminativo - Altera a lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer o reajuste anual do valor per capita do PNAE, definindo o IPCA como índice utilizado para o cálculo do percentual do reajuste.</p> <p>Autoria: Senadora Rose de Freitas Relatoria: Senadora Lídice da Mata Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda apresentada. Observações: 1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CRA è CAE è CAS CABE VISTA: <u>SIM</u> ORIENTAÇÃO: <u>Acompanhar</u></p> <p>RESULTADO: <u>Adiado.</u></p> |
| 10 | <p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, de 2014 - Terminativo - Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.</p> <p>Autoria: Senador Alvaro Relatoria: Senador Roberto Requião Relatório: Pela prejudicialidade do projeto. (votação simbólica) Observações: 1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável à matéria.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CDR è CAE CABE VISTA: <u>NÃO</u> ORIENTAÇÃO: <u>Acompanhar</u></p> <p>RESULTADO: <u>Adiado.</u></p> |

[COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA](#)

Apreciação de Plano de Trabalho para Avaliação de Política Pública no exercício de 2018 e REUNIÃO DELIBERATIVA

Terça-FEIRA 24/04

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7 - 11h

1ª PARTE

| | |
|---------------------|---|
| 1 | <p>Apreciação de Plano de Trabalho para Avaliação de Política Pública no exercício de 2018</p> <p>Finalidade: Apreciação do Plano de Trabalho para a Avaliação da Política Pública do Programa Garantia Safra e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, definida pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 7, de 2018, sob a relatoria da Senadora Ana Amélia</p> <p>RESULTADO: Aprovado o Plano de Trabalho apresentado pela Relatora, Senadora Ana Amélia.</p> |
| Deliberativa | |
| 1 | <p>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2014 - Não Terminativo - Altera a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, para isentar as cultivares de plantas e flores ornamentais de domínio público da obrigatoriedade de inscrição no Registro Nacional de Cultivares - RNC.</p> <p>Autoria: Deputado Junji Abe Relatoria: Senador Ronaldo Caiado Relatório: Pela aprovação do PLC 88/2014, com a Emenda nº 1-CAE. Observações: 1- A matéria foi apreciada pela CAE, com Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE. 2- Na 3ª Reunião da CRA, realizada em 27/02/2018, foi concedida Vista solicitada pelas Senadoras Regina Sousa e Ana Amélia, na forma do disposto no art. 132, §§ 1º e 4º do Regimento Interno do Senado Federal. 3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CRA.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CAE è CRA CABE VISTA: SIM ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer</p> <p>LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO</p> <p>RESULTADO: Retirado de Pauta.</p> |

| | |
|----------|---|
| 3 | <p>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, de 2018 - Não Terminativo - Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos agroindustriais artesanais.</p> <p>Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo Relatoria: Senador Valdir Raupp Relatório: Pela aprovação do PLC 16/2018. Observações: 1- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CRA</p> <p>TRAMITAÇÃO: CRA CABE VISTA: SIM ORIENTAÇÃO: Favorável ao Projeto</p> <p>LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO</p> <p>RESULTADO: Aprovado o relatório do Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Paulo Rocha e da Senadora Regina Sousa, favorável ao PLC 16/2018 com a Emenda nº 1-CRA. Observações: A Comissão aprova o Requerimento de Urgência nº 22/2018, de iniciativa do Senador Valdir Raupp.</p> |
| 4 | <p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador José Medeiros Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para vedar a exigência, por parte das instituições financeiras operadoras do crédito rural, de garantias reais em valores superiores a cento e trinta por cento do crédito concedido.</p> <p>Relatoria: Senador Valdir Raupp Relatório: Pela rejeição do PLS 447/2015. Observações: 1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2- A matéria foi apreciada pela CAE, com Parecer contrário ao Projeto. 3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CRA.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CRA è CAE CABE VISTA: SIM ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer</p> <p>RESULTADO: Retirado de Pauta.</p> |

| | |
|----------|--|
| 5 | <p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 790, de 2015 - Terminativo -Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o financiamento e a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural.</p> <p>Autoria: Senador Donizeti Nogueira Relatoria: Senador Dário Berger Relatório: Pela aprovação do PLS 790/2015 com três emendas que apresenta. Observações: 1- Não foram apresentadas emendas perante a CAE no prazo regimental. 2- A matéria foi apreciada pela CAE, com Parecer favorável ao Projeto. 3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CRA.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CAE è CRA CABE VISTA: SIM ORIENTAÇÃO: <u>Favorável ao Parecer</u></p> <p>LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO</p> <p>RESULTADO: Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Dário Berger.</p> |
| 6 | <p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, de 2017 - Não Terminativo - Altera a Lei 8.427, de 24 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural e a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural.</p> <p>Autoria: Senadora Kátia Abreu Relatoria: Senador Wellington Fagundes Relatório: Pela aprovação do PLS 185/2017. Observações: 1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2- A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da CAE após a deliberação da CRA.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CRA è CAE CABE VISTA: SIM ORIENTAÇÃO: <u>Acompanhar</u></p> <p>RESULTADO: Aprovado o relatório do Senador Wellington Fagundes, favorável ao PLS 185/2017.</p> |
| 7 | <p>REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 10 de 2018 - Requer a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para tratar da reforma agrária, da política de assentamentos rurais e da devastação da floresta amazônica.</p> <p>Autoria: Senador Telmário Mota ORIENTAÇÃO: <u>Acompanhar</u> RESULTADO: <u>Aprovado o Requerimento, subscrito pela Senadora Ana Amélia.</u></p> |
| 8 | <p>REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 16 de 2018 - Requer a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, destinada a avaliar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).</p> <p>Autoria: Senadora Ana Amélia ORIENTAÇÃO: <u>Acompanhar</u> RESULTADO: <u>Aprovado.</u></p> |

| | |
|----|--|
| 9 | <p>REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 17 de 2018 - Requer a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, destinada a avaliar o Programa Garantia Safra (GS).</p> <p>Autoria: Senadora Ana Amélia</p> <p>ORIENTAÇÃO: Acompanhar</p> <p>-</p> <p>RESULTADO: Aprovado.</p> |
| 10 | <p>REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 18 de 2018 - Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que sejam prestadas informações pelo Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento Social (MDS).</p> <p>Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)</p> <p>ORIENTAÇÃO: Acompanhar</p> <p>-</p> <p>RESULTADO: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado do Requerimento.</p> |
| 11 | <p>REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 19 de 2018 - Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para avaliação do Programa Garantia Safra, ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que sejam prestadas informações pelo Sr. Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD).</p> <p>Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)</p> <p>ORIENTAÇÃO: Acompanhar</p> <p>RESULTADO: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado do Requerimento.</p> |
| 12 | <p>REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 20 de 2018 - Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que sejam prestadas informações pelo Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).</p> <p>Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)</p> <p>ORIENTAÇÃO: Acompanhar</p> <p>RESULTADO: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado do Requerimento.</p> |
| 13 | <p>REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 21 de 2018 - Requer a realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2018, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos agroindustriais artesanais.</p> <p>Autoria: Senador Paulo Rocha</p> <p>ORIENTAÇÃO: Acompanhar</p> <p>RESULTADO: Rejeitado.</p> |

| | |
|-----------|---|
| 14 | <p>REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 22 de 2018 - Requer, nos termos regimentais, urgência para apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2018, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos agroindustriais artesanais.</p> <p>Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)</p> <p>ORIENTAÇÃO: Acompanhar</p> <p>RESULTADO: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado do Requerimento.</p> |
| 16 | <p>REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 24 de 2018 - Requer, com fundamento no art. 255, inciso II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 769, de 2015, que "altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confirmam sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências", seja examinado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.</p> <p>Autoria: Senador Ivo Cassol</p> <p>ORIENTAÇÃO: Acompanhar</p> <p>RESULTADO: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado do Requerimento.</p> |
| 17 | <p>REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 25 de 2018 - Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o possível embargo da União Europeia sobre as exportações brasileiras de carne de frango.</p> <p>Autoria: Senador Ivo Cassol</p> <p>ORIENTAÇÃO: Acompanhar</p> <p>RESULTADO: Aprovado.</p> |
| 18 | <p>REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 26 de 2018 - Requer a realização de audiência pública destinada a discutir a importância das estatísticas rurais e da integração dos registros administrativos para o planejamento e avaliação de políticas agrícolas e de desenvolvimento rural.</p> <p>Autoria: Senadora Ana Amélia</p> <p>ORIENTAÇÃO: Acompanhar</p> <p>RESULTADO: Aprovado.</p> |

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

REUNIÃO DELIBERATIVA

Terça-FEIRA 24/04

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9 - 11h30

| | |
|----------|---|
| 2 | <p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2015 - Terminativo - Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura. Autoria: Senador Benedito de Lira Relatoria: Senador Valdir Raupp Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Observações: 1. Em 3/9/2015, a matéria foi apreciada pela CRA com parecer favorável ao projeto; 2. Em 22/8/2017, lido o relatório, encerrada a discussão, ficou adiada a votação da matéria. 3. Constou da pauta em 30/5, 13/6, 27/6, 4/7, 8/8, 22/8, 12/9, 24/10, 7/11, 6/12 e 12/12/2017.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CRA à CMA CABE VISTA: SIM ORIENTAÇÃO: <u>Favorável ao Parecer</u></p> <p>LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO</p> <p>RESULTADO: Reunião não realizada.</p> |
| 4 | <p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2015 - Terminativo - Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei no 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.</p> <p>Autoria: Senador Alvaro Dias Relatoria: Senador Acir Gurgacz Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Observações: 1. Em 6/8/2015, a matéria foi apreciada pela CRA com parecer favorável ao projeto; 2. Constou da pauta em 25/4, 2/5, 9/5, 30/5, 13/6, 27/6, 4/7, 8/8, 22/8, 12/9, 24/10, 7/11, 6/12 e 12/12/2017. 3. Em 6/12/2017, foi lido o relatório e iniciada a discussão.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CRA à CMA CABE VISTA: SIM ORIENTAÇÃO: <u>Favorável ao Parecer</u></p> <p>LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO</p> <p>RESULTADO: Reunião não realizada.</p> |

| | |
|-----------|--|
| 9 | <p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2015 - Terminativo - Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências, para adotar, como compromisso nacional voluntário adicional, ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de efeito estufa para os anos de 2025 e 2030.</p> <p>Autoria: Senador Jorge Viana Relatoria: Senador João Capiberibe Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo Observações: 1. Constou da pauta em 24/10, 7/11, 6/12 e 12/12/2017; 2. Sendo aprovado na CMA o substitutivo apresentado, a matéria irá para a pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar (RISF, art. 282 combinado com o art. 92).</p> <p>TRAMITAÇÃO: CMA CABE VISTA: SIM ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer</p> <p>LINK PARA RESUMO EXECUTIVO</p> <p>RESULTADO: Reunião não realizada.</p> |
| 10 | <p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, de 2016 - Terminativo - Altera a redação do art. 71 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos prazos do processo administrativo ambiental.</p> <p>Autoria: Senador Paulo Paim Relatoria: Senador Valdir Raupp Relatório: Pela aprovação, com as emendas que apresenta. Observações: 1. Constou da pauta em 7/11, 6/12 e 12/12/2017.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CMA CABE VISTA: SIM ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer</p> <p>LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO</p> <p>RESULTADO: Reunião não realizada.</p> |

| | |
|-----------|---|
| 11 | <p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2017 - Terminativo - Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir óleos e gorduras de uso culinário como produtos do sistema de logística reversa.</p> <p>Autoria: Senador José Medeiros Relatoria: Senador Cristovam Buarque Relatório: Pela aprovação com emendas Observações: 1. Constou da pauta em 6/12 e 12/12/2017.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CMA CABE VISTA: SIM ORIENTAÇÃO: <u>Contrário ao Parecer</u></p> <p>LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO</p> <p>RESULTADO: Reunião não realizada.</p> |
| 13 | <p>REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 3 de 2018 - Requerimento de Audiência Pública para debater sobre a moratória da soja (PLS 166/2014)</p> <p>Autoria: Senador Telmário Mota Observações: Audiência Pública para debater a moratória da soja (PLS 166/2014)</p> <p>ORIENTAÇÃO: <u>Acompanhar</u></p> <p>RESULTADO: Reunião não realizada.</p> |

[COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS](#)

REUNIÃO DELIBERATIVA

QUARTA-FEIRA 25/04

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9 - 9h

| | |
|----------|---|
| 2 | <p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2015 - Não Terminativo - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e uso de agrotóxicos.</p> <p>Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares Relatoria: Senador Cidinho Santos Relatório: Pela rejeição do Projeto. Observações: - Em 06.03.2018, a Comissão de Meio Ambiente aprovou Parecer contrário ao Projeto. - A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em decisão terminativa. - Votação simbólica.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CMAèCASèCRA CABE VISTA: SIM ORIENTAÇÃO: Favorável ao parecer LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO</p> <p>RESULTADO: Rejeitado o Relatório do Senador Cidinho Santos. Manifestam-se contrariamente ao Relatório do Senador Cidinho Santos os Senadores Paulo Rocha, Paulo Paim, Jorge Viana, Hélio José, Rose de Freitas e Regina Sousa. Nos termos do artigo 128 do Regimento Interno do Senado Federal, vencido o Relator, foi designado, para lhe suceder, o Senador Jorge Viana. Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para prosseguimento da tramitação.</p> |
|----------|---|

[COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR](#)

REUNIÃO DELIBERATIVA

QUARTA-FEIRA 25/04

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7 - 9h

| | |
|----------|--|
| <p>3</p> | <p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 - Não Terminativo - Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde.</p> <p>Autoria: Senador Randolfe Rodrigues Relatoria: Senador Davi Alcolumbre Relatório: Pela aprovação</p> <p>Observações: - A matéria constou na pauta da 1ª (07/02/2018), 2ª (21/02/2018), 3ª (28/02/2018), 5ª (14/03/2018) e da 10ª (04/04/2018) Reuniões da CDR da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura; - A matéria segue para a apreciação da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos (em decisão terminativa)</p> <p>TRAMITAÇÃO: CAE à CDR CABE VISTA: <u>SIM</u> ORIENTAÇÃO: <u>Acompanhar</u></p> <p>RESULTADO: <u>Adiado.</u></p> |
| <p>5</p> | <p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2014 - Terminativo - Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos.</p> <p>Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares Relatoria: Senador José Pimentel Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Observações: - A matéria constou na pauta da 2ª (21/02/2018), da 3ª (28/02/2018), da 5ª (14/03/2018) e da 10ª (04/04/2018) Reuniões da CDR da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura; - A matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos; -Votação nominal.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CAE à CDR CABE VISTA: <u>SIM</u> ORIENTAÇÃO: <u>Acompanhar</u></p> <p>RESULTADO: <u>Adiado.</u></p> |

6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015 - Terminativo - Dispõe sobre **reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal.**

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relator atual: José Medeiros

Relatório: Pela rejeição Observações: - A matéria constou da Pauta da 12ª (07/06/2017) e da 38ª (13/12/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura; - A matéria constou também na pauta da 2ª (21/02/2018), da 3ª (28/02/2018) e da 5ª (14/03/2018) Reuniões da CDR da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura; - A matéria foi lida na 2ª reunião (24/02/2016) da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura; - A matéria foi rejeitada na CAE - Comissão de Assuntos Econômicos; - Votação nominal.

TRAMITAÇÃO: CAE à CDR

CABE VISTA: **SIM**

ORIENTAÇÃO: Acompanhar

RESULTADO: **Adiado.**